

Itaúsa Europa Investimentos

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda

Relatório e contas

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(contas consolidadas)

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

- ° **Relatório da Gerência (contas consolidadas)**
- ° **Demonstrações Financeiras Consolidadas**
- ° **Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**
- ° **Certificação Legal das Contas Consolidadas**

RELATÓRIO DA GERÊNCIA
(CONTAS CONSOLIDADAS)

EXERCÍCIO DE 2016

A Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda. (“Itaúsa Europa” ou “Sociedade”), empresa-mãe do Grupo Itaúsa Europa, é uma sociedade gestora de participações sociais, que, nos termos do artigo 2º dos seus Estatutos e em conformidade com o artigo 1º do Decreto-Lei n.º 495/88, de 30 de dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 378/98, de 27.11), tem por objeto contratual exclusivamente a gestão de participações sociais de outras sociedades. Em 17 de fevereiro de 2017, a Sociedade alterou a sua denominação social de Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda. para Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda.

A 17 de outubro de 2016, a Itaúsa Portugal SGPS, SA, até então subsidiária integral da Itaúsa Europa, transferiu a globalidade do seu património para a sua acionista única, na sequência de um projeto de fusão por incorporação (fusão simplificada ao abrigo do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais) envolvendo estas entidades e registado em 26 de agosto de 2016. Em consequência da fusão e transmissão da globalidade do seu património, a Itaúsa Portugal extinguiu-se como pessoa jurídica.

A Itaúsa Europa é titular de uma única participação social, constituída pela totalidade do capital do Itau BBA International plc (“IBBAInt” ou “Banco”), com sede em Londres no Reino Unido.

O presente Relatório resume os principais indicadores financeiros consolidados da Sociedade em 2016. Os riscos mais significativos a que a Sociedade se encontra sujeita, em termos consolidados, coincidem substancialmente com os do Banco, os quais se encontram descritos no respectivo Relatório Anual Consolidado de 2016 disponível em www.itaubba.co.uk.

Adicionalmente, nos termos exigidos pela Lei 28/2009, procede-se ainda à descrição da política de remuneração dos membros dos órgãos de fiscalização e de administração da Itaúsa Europa.

PERFORMANCE

No exercício de 2016, as contas consolidadas da Sociedade revelam um activo de USD 7,7 mil milhões e um resultado líquido de USD 59,6 milhões. O índice de solvabilidade atingiu 18,3% (rácio *Common Equity Tier 1* de 18,1%).

Quanto ao Banco, este encerrou o ano de 2016 com USD 7,7 mil milhões de activos e USD 60,1 milhões de resultado líquido consolidado. O índice de solvabilidade atingiu 18,2% (rácio *Core Tier 1* de 18,0%).

REMUNERAÇÃO

A fixação da remuneração anual de cada membro do órgão de Gerência e do órgão de fiscalização da Itaúsa Europa compete à Assembleia Geral. Em termos de estrutura de fiscalização, na sequência de deliberação

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

tomada em 2013 pela Assembleia Geral, a Itaúsa Europa passou a contar apenas com um Fiscal Único, Revisor Oficial de Contas independente. No exercício de suas funções globais, o Revisor Oficial de Contas auferiu, em 2016, €35 milhares.

A remuneração auferida pelos membros da Gerência é constituída exclusivamente por uma quantia fixa em dinheiro, sendo paga doze vezes durante o ano em montante determinado tendo em conta a situação da Itaúsa Europa e as práticas de mercado, de modo a assegurar a sua conformidade com os níveis retributivos normais para o desempenho de funções similares.

Os membros da Gerência que sejam membros de órgãos de administração de sociedade em relação de domínio ou de grupo, ou que, no exercício de funções representativas da Sociedade, integrem órgãos sociais de sociedades fora do Grupo Itaú Unibanco, podem ser remunerados pelas referidas sociedades, caso em que poderão não ser remunerados pelo exercício das suas funções na Itaúsa Europa. Em 2016, nenhum membro da Gerência da Itaúsa Europa auferiu qualquer remuneração paga por esta sociedade. A Assembleia Geral pode, a qualquer momento, conceder direito de reforma aos membros da Gerência, estabelecendo o respetivo regime.

Finalmente, cumpre observar que é proibida a concessão de crédito, sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias, quer direta quer indiretamente, aos membros do órgão de administração ou do órgão de fiscalização, ou a pessoas a estes relacionadas nos termos de política corporativa específica.

Lisboa, 22 de Maio de 2017

A Gerência

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Balanço consolidado

USD'000	Nota	31.12.16	31.12.15
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	844.188	1.560.576
Activos financeiros detidos para negociação	6	163.278	105.991
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	444.390	204.368
Derivados	8	237.269	542.667
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	9	984.174	936.467
Crédito a Clientes	10	4.476.170	4.682.474
Activos financeiros disponíveis para venda	11	355.969	416.466
Outros activos tangíveis	12	15.711	18.050
Goodwill e activos intangíveis	13	90.044	92.754
Investimentos em associadas e subsidiárias	14	-	25.585
Activos por impostos correntes		11.289	9.982
Activos por impostos diferidos	15	7.527	7.945
Outros activos	16	30.660	39.087
Total do Activo		7.660.669	8.642.412
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	17	159.266	105.497
Derivados	8	243.470	546.840
Recursos de outras Instituições de Crédito	18	801.212	1.349.810
Recursos de Clientes e outros empréstimos	19	2.902.639	2.922.428
Responsabilidades representadas por títulos	20	2.266.682	2.502.404
Provisões	31	1.330	183
Passivos por impostos correntes		18.740	10.779
Passivos por impostos diferidos	22	16.013	14.416
Passivos subordinados	21	30.128	30.071
Outros passivos	23	87.302	83.620
Total do Passivo		6.526.782	7.566.048
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	25	701.825	701.825
Prémio de emissão		131.990	131.990
Reservas de reavaliação	26	(9.994)	(7.905)
Outras reservas	27	261.473	270.007
Resultados transitados		48.593	(19.553)
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Grupo		1.133.887	1.076.364
Total dos Capitais Próprios		1.133.887	1.076.364
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		7.660.669	8.642.412

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Demonstração de resultados consolidados

USD'000	Nota	31.12.16	31.12.15
Juros e rendimentos similares		190.832	163.472
Juros e encargos similares		(93.929)	(73.095)
Margem financeira	32	96.903	90.377
Comissões recebidas		118.824	124.083
Comissões pagas		(19.637)	(16.094)
Comissões líquidas	33	99.187	107.989
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		16.183	12.210
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		1.720	1.778
Outros resultados em operações financeiras		2.326	3.150
Resultados em operações financeiras	34	20.229	17.138
Outros proveitos operacionais	35	11.720	11.166
Resultado operacional		228.039	226.670
Imparidade e outras provisões líquidas	31	(651)	(2.531)
Resultado operacional líquido		227.388	224.139
Custos com pessoal	36	(87.240)	(98.687)
Gastos gerais administrativos	37	(44.631)	(51.953)
Depreciação e imparidade de activos tangíveis	12	(3.065)	(3.400)
Amortização e imparidade de activos intangíveis	13	(5.373)	(5.358)
Outros custos operacionais	38	(6.030)	(4.928)
Despesas operacionais		(146.339)	(164.326)
Resultado de empresas associadas	14	212	59
Resultado antes de impostos		81.261	59.872
Impostos sobre os lucros	39	(21.649)	(15.943)
Resultado atribuível a accionistas		59.612	43.929
Interesses não controlados	28	-	(1)
Resultado líquido		59.612	43.928

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Demonstração de alterações do capital próprio consolidado

USD'000	Total dos Capitais Próprios atribuíveis							Interesses não controlados	Total
	Capital	Prémio de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	aos accionistas do Grupo			
Saldos em 01.01.16	701.825	131.990	(7.905)	270.007	(19.553)	1.076.364		-	1.076.364
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	59.612	59.612		-	59.612
Outro rendimento integral no exercício	-	-	(2.089)	-	-	(2.089)		-	(2.089)
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2015	-	-	-	(8.534)	8.534	-		-	-
Saldos em 31.12.16	701.825	131.990	(9.994)	261.473	48.593	1.133.887		-	1.133.887

USD'000	Total dos Capitais Próprios atribuíveis							Interesses não controlados	Total
	Capital	Prémio de emissão	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	aos accionistas do Grupo			
Saldos em 01.01.15	701.825	131.990	(759)	274.501	(67.975)	1.039.582		22	1.039.604
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	43.928	43.928		-	43.928
Outro rendimento integral no exercício	-	-	(7.146)	-	-	(7.146)		-	(7.146)
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2014	-	-	-	(4.495)	4.495	-		-	-
Outros movimentos	-	-	-	1	(1)	-		(22)	(22)
Saldos em 31.12.15	701.825	131.990	(7.905)	270.007	(19.553)	1.076.364		-	1.076.364

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Demonstração de rendimento integral consolidado

USD'000	31.12.16	31.12.15
Resultado líquido do exercício	59.612	43.928
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados:		
Remensuração das obrigações de benefícios definidos pós-emprego	1.198	(2.450)
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados:		
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
(Perdas)/Ganhos no justo valor	(3.592)	(3.897)
Efeito fiscal	820	859
Cobertura de investimento líquido	456	(212)
Ajustamentos de conversão cambial	(971)	(1.446)
Outro rendimento integral no exercício	(2.089)	(7.146)
Rendimento integral do exercício	57.523	36.782
Atribuível a:		
Accionistas	57.523	36.783
Interesses não controlados	-	(1)
Rendimento integral do exercício	57.523	36.782

O Técnico Oficial de Contas, A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

USD'000	31.12.16	31.12.15
Operações continuadas		
Reconciliação do resultado antes de impostos com o fluxo de caixa líquido das actividades operacionais:		
Resultado antes de impostos	81.261	59.872
Ajustamento para itens não-caixa:		
Imparidade e outras provisões líquidas	651	2.531
Depreciação, amortização e imparidade de activos tangíveis e intangíveis	8.438	8.758
Outros movimentos não-caixa	411	(59)
Alterações dos activos e passivos operacionais		
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	64.793	43.789
Aplicações em Instituições de Crédito	(50.747)	(319.263)
Depósitos em bancos centrais	716.380	(530.375)
Créditos sobre clientes	206.799	(147.339)
Derivados designados como instrumentos de cobertura	201	428
Outros activos operacionais	7.577	(5.905)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação	(247.657)	11.415
Recursos de outras Instituições de Crédito	(548.598)	535.545
Recursos de Clientes e outros empréstimos	(19.789)	156.902
Responsabilidades representadas por títulos	(235.722)	242.503
Derivados designados como instrumentos de cobertura	(1.944)	(1.047)
Outros passivos operacionais	5.061	(142.057)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento do impostos sobre os lucros	(12.885)	(84.302)
Imposto sobre os lucros	(12.192)	(10.235)
Fluxo de caixa líquidos das actividades operacionais	(25.077)	(94.537)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
(Compra) / Venda de subsidiárias	28.975	-
(Compra) / Venda de activos intangíveis	(2.140)	-
(Compra) / Venda de activos tangíveis	(1.249)	(3.500)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	25.586	(3.500)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Juros pagos das actividades de financiamento	57	16
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	57	16
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(3.615)	(1.913)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	(3.049)	(99.934)
Caixa e seus equivalentes no início do período	207.451	307.385
Caixa e seus equivalentes no fim do período	204.402	207.451
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	(3.049)	(99.934)
Caixa e seus equivalentes compreendem:		
Caixa	115	124
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	204.287	207.327
	204.402	207.451

O Técnico Oficial de Contas,

A Gerência,

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DEZEMBRO DE 2016

(valores expressos em milhares de US dollars 'USD')

Introdução

A Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Unipessoal, Lda. (Itaúsa Europa ou Sociedade), com sede em Lisboa, foi constituída por escritura pública celebrada em 23 de Fevereiro de 2001, com a denominação de Custode – Consultores, Serviços, Lda (Custode) e um capital social de €5 milhares, repartido em duas quotas iguais.

O objecto da Custode consistia na prestação de serviços nas áreas contabilística, económica, da informática, da engenharia civil, da arquitectura, construção, promoção e comercialização de empreendimentos imobiliários turísticos e hoteleiros, consultoria nas referidas áreas e na criação e desenvolvimento de empresas de âmbito internacional, importação e exportação por grosso ou a retalho, comissões e consignações, prospecção de mercados, serviços de promoção e marketing, aquisição, exploração e transferência de patentes, marcas e direitos de autor, compra de imóveis para revenda e gestão da carteira de títulos próprios.

Em 28 de Dezembro de 2001 a Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e a Itaúsa Export, S.A., ambas com sede no Brasil, adquiriram a totalidade do capital social da Custode aos anteriores sócios, respectivamente por €2.5 milhares cada. Nessa mesma data, os referidos sócios procederam a um aumento do capital social de €5 milhares para €244.767,8 milhares, por entradas em espécie, conforme segue: (i) a Itaúsa – Investimentos Itaú, S.A. transferiu para a Custode 3.251.336 acções, com valor nominal unitário de €5, representativas de 12,14% do capital social da sociedade anónima Itaúsa Portugal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA (Itaúsa Portugal), acções a que atribuiu o valor de €29.705,8 milhares e (ii) a Itaúsa Export S.A. transferiu também 23.538.235 acções representativas de 87,86% do capital social da Itaúsa Portugal, acções a que atribuiu o valor de €215.057 milhares.

Em 19 de Agosto de 2002, foi realizada uma alteração parcial de pacto, passando a Custode a denominar-se Itaúsa Madeira – Investimentos, SGPS, Lda cujo objecto social é a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em 5 de Novembro de 2003, a Itaúsa Madeira - Investimentos, SGPS, Lda alterou a sua denominação social para Itaúsa Europa Investimentos, SGPS, Lda.

A Sociedade faz parte do Grupo Itaú Unibanco (Brasil) e tem por objecto a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, em conformidade com os Decretos-Lei nº 495/88 e nº 318/94, de 30 de Dezembro e 24 de Dezembro, respectivamente.

Nota 1 - Bases de apresentação

1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas com base nos respectivos registos contabilísticos da Itaúsa Europa e das suas subsidiárias e associadas, processados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

O termo “Grupo” refere-se à Itaúsa Europa e às suas subsidiárias, as quais se encontram descritas na **Nota 1.5**.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Gerência em 22 de Maio de 2017.

1.2. Normas e interpretações recentemente emitidas

a) As alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de Janeiro de 2016 e já foram adotadas pelo Grupo (caso aplicável) são:

IAS 1 (alteração), ‘Revisão às divulgações’. A alteração dá indicações relativamente à materialidade e agregação, à apresentação de subtotais, à estrutura das demonstrações financeiras, à divulgação das políticas contabilísticas, e à apresentação dos itens de Outros rendimentos integrais gerados por investimentos mensurado pelo método de equivalência patrimonial.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), ‘Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos’. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/ amortizações de ativos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. É de aplicação prospetiva.

IAS 27 (alteração), ‘Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas’. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, ‘Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar’. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar de uma “Entidade de Investimento” se aplica a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma “Entidade de investimento”.

IFRS 11 (alteração), ‘Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta’. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de atividades empresariais.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Melhorias às normas 2012 - 2014. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados'. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições não estão associadas ao número de anos de serviço.

Melhorias às normas 2010 - 2012. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16 e 38 e IAS 24.

b) As normas publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, que a União Europeia já endossou mas que não foram antecipadamente adoptadas pelo Grupo são:

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. Embora o Grupo esteja avaliando os impactos futuros da IFRS 9, o Grupo não está capacitado, nesta fase, para divulgar o impacto futuro da adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Não é esperado um impacto material significativo nas demonstrações financeiras, como resultado da adopção futura desta norma.

c) As Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017, mas que a União Europeia ainda não endossou são:

IAS 7 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz uma divulgação adicional sobre as variações dos passivos de financiamento, desagregados entre as transações que deram origem a movimentos de caixa e as que não, e a forma como esta informação concilia com os fluxos de caixa das atividades de financiamento da Demonstração do Fluxo de Caixa.

IAS 12 (alteração), 'Imposto sobre o rendimento – Reconhecimento de impostos diferidos ativos sobre perdas potenciais' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a forma de contabilizar impostos diferidos ativos relacionados com ativos mensurados ao justo valor, como estimar os lucros tributáveis futuros quando existem diferenças temporárias dedutíveis e como avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos quando existem restrições na lei fiscal.

IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("Cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.

Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.

Melhorias às normas 2014 – 2016 (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.

IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

1.3. Bases de mensuração

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas numa base continuidade e sob o princípio do custo histórico, modificado pela reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos financeiros (incluindo instrumentos financeiros) ao justo valor através de resultados.

1.4. Uso de estimativas e fontes de incerteza

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas e exige que a gestão exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas nas quais as premissas e estimativas são significantes para as demonstrações financeiras, encontram-se divulgadas na **Nota 2.12**.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

1.5. Perímetro de consolidação

O termo “Grupo” refere-se à Itaúsa Europa e às suas subsidiárias, as quais se encontram descritas abaixo.

- O **Itau BBA International plc** (‘IBBAInt’ ou ‘Banco’) resultou de um processo de fusão por incorporação do Banco Itaú BBA International S.A. no Itau BBA International Limited. A fusão foi efectiva a 1 de Fevereiro de 2013, e teve como resultado a transferência de todos os activos e passivos do Banco Itaú BBA International S.A. para o Itau BBA International Limited, tendo o Banco Itaú BBA International S.A. deixado de existir como entidade legal separada. O Itau BBA International Limited é uma sociedade de direito inglês autorizada pela Prudential Regulation Authority e regulada pela Financial Conduct Authority e pela Prudential Regulation Authority, totalmente detida pela Itaúsa Europa, com endereço na Broadgate Tower, Level 20, 20 Primrose Street, London EC2A 2EW. Em 17 de maio de 2013, o Itau BBA International Limited foi registado como public limited company. O capital do Banco, integralmente subscrito e realizado, ascende a USD 600.000 milhares.

- O **Itaú Europa Luxembourg, SA (IEL)**, com sede no Luxemburgo. O capital do IEL encontra-se integralmente subscrito e realizado, ascendendo a USD 97.670.000, representado por 9.767 acções ordinárias de USD 10.000 cada, integralmente detidas pelo IBBAInt. O IEL entregou a sua licença bancária em Maio de 2014.

- O **Banco Itaú (Suisse) S.A.**, com sede em Zurique, Suíça, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi criado em 15 de Setembro de 2010. O seu capital social de CHF 177 milhões encontra-se representado por 17.700 acções de CHF 10.000 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo IEL.

- O **Banco Itaú Europa International**, com sede em Miami, tem como principal actividade a realização de operações na área do *Private Banking*. Foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. O seu capital social de USD 42 milhões encontra-se representado por 420.000 acções de USD 100 cada, integralmente subscritas e realizadas pelo IBBAInt.

- A **Itaú International Securities, Inc.**, com sede em Miami, constituída em Setembro de 2008, tem como principal actividade a prestação de serviços de corretagem. O seu capital social de USD 1.000 encontra-se representado por 100.000 acções de USD 0,01 cada, integralmente subscrito e realizado pelo IBBAInt.

A 17 de Outubro de 2016, a Itaúsa Portugal SGPS, S.A. (“**Itaúsa Portugal**”), até então subsidiária integral da Itaúsa Europa, transferiu a globalidade do seu património para a sua acionista única, na sequência de um projeto de fusão por incorporação (fusão simplificada ao abrigo do artigo 116º do Código das Sociedades Comerciais) envolvendo estas entidades e registado em 26 de Agosto de 2016. Em consequência da fusão e transmissão da globalidade do seu património, a Itaúsa Portugal extinguiu-se como pessoa jurídica.

A 14 de Dezembro de 2016, o IBBAInt vendeu a sua participação na subsidiária **Itau BBA International (Cayman) Ltd.**, correspondente à totalidade do capital, a outra entidade do grupo Itaú Unibanco. A 29 de Dezembro de 2016, o IBBAInt vendeu a sua participação de 49% na associada **IPI - Itaúsa Portugal Investimentos – SGPS, Lda (IPI)** a outra entidade do Grupo Itaú Unibanco.

Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As políticas são consistentes com aquelas utilizadas pelo Grupo no seu Relatório e Contas Consolidado de 2015, salvo indicação contrária.

2.1. Bases de consolidação

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais o grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo está exposto, ou tem direitos sobre, retornos variáveis provenientes do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo usa políticas contabilísticas uniformes para reportar transacções e outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes. Os saldos e as transacções intragrupo são eliminados.

O valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente às acções de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica de interesses não controlados.

b) Associadas

Associadas são todas entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente acompanhada de uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição do Conselho de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos lucros ou prejuízos da investida depois da data da aquisição.

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação - *Goodwill*

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como *goodwill*.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma subsidiária pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Grupo terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação, determinado pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme previsto na IFRS 1 e de acordo com as políticas contabilísticas em vigor no Grupo, até à data de transição para as IAS/IFRS o valor do *goodwill* gerado em investimentos efectuados até 1 de Janeiro de 2004 foi integralmente deduzido aos capitais próprios.

O goodwill registado no activo é revisto anualmente e sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36, IAS 39 e IFRS 8. De acordo com a IFRS 3 o *goodwill* não é amortizado.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas – *goodwill* negativo, são imediatamente reconhecidas em resultados.

2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Justo valor significa o valor pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data do contrato ou data de início da operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; ou
- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:
 - cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo e, portanto, líquido, se transacciona com suficiente regularidade e volume para providenciar informação numa base contínua. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros. O justo valor desses instrumentos e consequentemente a margem de intermediação é apurado na data do seu reconhecimento inicial e é determinado com base em técnicas de valorização cujas variáveis são baseadas apenas em observações de mercado.

Todas as compras e vendas de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, detidos até à maturidade e disponíveis para venda que exigem entrega dentro do prazo estabelecido por regulamento ou convenção de mercado (compras e vendas "regulares") são reconhecidas na data de negociação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o activo. Os créditos e outros valores a receber são reconhecidos na data de liquidação, que é a data em que o Grupo recebe ou entrega o activo. Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos e desreconhecidos na data de liquidação.

O Grupo desreconhece um activo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo expiram, ou quando, mesmo mantendo os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa, o Grupo transfere o activo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e benefícios. O Grupo desreconhece passivos financeiros quando as obrigações do Grupo são extintas, canceladas ou quando expiram.

a) Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;
- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados (opção de justo valor);
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- passivos financeiros suportados com o objectivo de venda ou de recompra num futuro próximo;
- passivos financeiros que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos ou passivos financeiros que cumpram um ou mais dos seguintes requisitos:

- eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada “uma falta de balanceamento contabilístico”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentados em derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; e
- (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos sejam vendidos, os ganhos ou perdas ainda reconhecidos no capital próprio são removidos e registados em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

c) Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e a Instituições de Crédito, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento, e de juros imediatamente após o seu vencimento.

d) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros incluem Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Passivos Subordinados. Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo recomprar dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

e) Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

2.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.4. Imparidade

Um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, como por exemplo:

- (i) análise de incumprimento;
- (ii) descida de rating;
- (iii) dificuldades financeiras do emitente/devedor;
- (iv) probabilidade de falência do emitente/devedor; ou
- (v) para um investimento num instrumento de capital próprio:
 - a) a existência de informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar num ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere; e
 - (b) um declínio significativo ou prolongado no justo valor abaixo do seu custo de aquisição que indique que o custo do investimento no instrumento de capital próprio possa não ser recuperado.

Na análise da existência de imparidade num grupo de activos financeiros, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação irregular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

a) Carteira de crédito

A carteira de crédito do Grupo é revista numa base regular, com cada operação a ser analisada individualmente, de modo a identificar se a imparidade possa existir.

Nos casos em que se verifica a existência objectiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do activo, é feito um cálculo para determinar o valor da perda por imparidade, o qual é medido pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros recuperáveis, descontado à taxa de juro efectiva original.

Nos casos em que não existe evidência objectiva de imparidade, é efectuada uma análise com base no portfolio, de forma a reconhecer perdas ainda não identificadas ao nível de operações individuais, como se descreve de

seguida: o Grupo considera segmentos homogêneos (operações com características de risco de crédito semelhantes) que são baseadas no *rating* interno, para obter a EL (*Expected Loss*). Como o Grupo tem um nível insuficiente de experiências sobre as perdas sofridas, o que se depreende do nível histórico insignificante do crédito vencido e incumprimentos registados, a informação de notação interna é fornecida pelo Grupo Itaú. A EL é calculada utilizando o montante em Balanço excluindo juros corridos e incluindo os derivados embutidos associados a operações de crédito (BS), a probabilidade de *default* (PD) associada ao *rating* interno, e a *Loss Given Default* (LGD) associada à estrutura legal de cada país, histórico de incumprimentos e recuperações, pela aplicação da seguinte fórmula: $EL = BS \times PD \times LGD$.

Se, num período posterior, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido posteriormente ao reconhecimento da imparidade, o montante da perda por imparidade anteriormente registado é revertido através de ajustamento na conta de provisão. O montante da reversão é reconhecido em resultados.

Quando um crédito não é recuperável, é abatido através da utilização da provisão por imparidade de crédito. Este abate só ocorre após terem sido tomadas todas as medidas consideradas necessárias para assegurar a recuperabilidade do crédito e o montante da perda ter sido adequadamente determinado.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

No que se refere a activos financeiros disponíveis para venda, é efectuada uma análise periódica no sentido da identificação de potenciais situações de imparidade, utilizando como indicadores (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, a existência de um evento que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa e prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a recuperação de valor é reconhecida na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor.

c) Investimentos em associadas

O declínio no valor dos investimentos em associadas é analisado por via da comparação entre o seu valor recuperável e o seu valor contabilístico, considerando que existe evidência de que o investimento possa estar em imparidade.

No sentido de determinar a evidência de imparidade, é desenvolvido um teste que inclui avaliações de mercado e outras conduzidas internamente ou por avaliadores independentes, baseadas:

a) na porção correspondente do valor actual dos *cash flows* futuros que se esperam ser gerados pela associada, o que inclui os *cash flows* futuros estimados de actividades operacionais e os montantes resultantes da venda final ou alienação do investimento por outros meios e

b) no valor actual dos *cash flows* futuros estimados que se esperam ser recebidos a título de dividendos da associada e como receita da venda final ou alienação do investimento por outros meios.

As perdas por imparidade neste tipo de activos são revertidas se se verificarem alterações nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Tanto a perda por imparidade como a reversão da perda por imparidade são reconhecidas em resultados. Concretamente, uma perda por imparidade pode apenas ser revertida até à concorrência daquele que seria o valor contabilístico do activo se essa perda por imparidade não tivesse sido previamente reconhecida.

2.5. Dívida titulada emitida pelo Grupo

As emissões de obrigações pelo Grupo estão registadas nas rubricas passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso de algumas *Structured Linked Notes*).

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem às notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note Programme*, onde o Grupo passa para o cliente todos os rendimentos e os riscos sobre o activo subjacente.

Os instrumentos financeiros estruturados registados como responsabilidades representadas por títulos correspondem a obrigações com derivados embutidos emitidos pelo Grupo. Os derivativos embutidos são separados do respectivo instrumento, uma vez que não estão intimamente relacionados com o contrato de acolhimento, e os termos do derivado qualificam para um instrumento “*stand-alone*”.

Exceptuando os passivos financeiros classificados como detidos para negociação, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

2.6. Contabilidade de cobertura

Pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera uma cobertura altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada; e
- a cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Os relacionamentos de cobertura são de 3 tipos:

- cobertura de justo valor – numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- cobertura de fluxos de caixa – numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

- cobertura de investimento líquido em unidade operacional estrangeira – as coberturas de investimento líquido em operações estrangeiras são registadas da mesma forma que as coberturas de fluxos de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de cobertura relacionados com a parte eficaz da cobertura são reconhecidos em reservas; a ineficácia da cobertura é reconhecida imediatamente em resultados. Os ganhos ou perdas acumuladas em reservas são incluídos em resultados quando a unidade operacional estrangeira é vendida.

Os testes de eficácia de cobertura são devidamente documentados numa base regular, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, esta deverá ser descontinuada prospectivamente.

2.7. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente económico no qual a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas da Itaúsa Europa são apresentadas em USD, que corresponde à moeda funcional da entidade.

(b) Transacções e saldos em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para USD ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

- Posição à vista

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transacções. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções e da conversão no final do ano de activos monetários e passivos denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido nos capitais próprios, caso se qualifiquem como cobertura de cash-flows ou cobertura de investimento líquido em moeda estrangeira. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções detidas pelo justo valor por via dos resultados, são registadas como ganho ou perda de justo valor. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor no capital próprio.

- Posição a prazo (*Forward*)

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e às taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

(c) Subsidiárias

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira são convertidas para USD, sendo que:

- a conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;
- os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio médio do exercício; e
- as diferenças cambiais associadas à conversão para USD são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base linear ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Vida útil (anos)
Imóveis	5-50
Mobiliário e material	4-9
Máquinas e ferramentas	7
Equipamento informático	3-5
Instalações interiores	5-10
Equipamento de segurança	4
Outro equipamento	3-12

2.9. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente *software* e “intangível IPB” – um “*core deposit premium*” e relações com clientes identificados como intangível sequência de aquisições de carteiras *Private Banking*.

O *software* é amortizado numa base linear, ao longo da vida útil estimada do bem que, em geral, corresponde a um período de três a cinco anos. O intangível IPB foi inicialmente registado pelo seu justo valor e é amortizado numa base linear durante a vida útil estimada de 12 anos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras Instituições de Crédito.

2.11. Impostos sobre os lucros

A Itaúsa Europa e as suas subsidiárias e associadas cuja sede se encontra localizada em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

Alterações na legislação fiscal e nas taxas de imposto são reconhecidos na demonstração dos resultados em Impostos sobre os lucros no período em que entram em vigor.

2.12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

a) Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar (ver **Nota 2.4**). Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efectuadas.

b) Justo valor de activos e passivos financeiros não cotados

O justo valor de activos e passivos financeiros não cotados num mercado activo é determinado usando métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados (ver **Nota 3.2**).

c) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos são determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos (ver **Nota 2.11**).

2.13. Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo.

2.14. Responsabilidades com planos pós-emprego

O Grupo possui planos de pensão de benefício definido e de contribuição definida.

O Banco possui um plano de contribuição definida para os empregados permanentes residentes no Reino Unido, apenas durante o período de trabalho com o Banco. A subsidiária Banco Itaú International (Miami) possui um plano de contribuição definida, cobrindo substancialmente todos os seus funcionários. A subsidiária Banco Itaú (Suisse) SA possui um plano pós-emprego considerado como sendo de benefício definido devido aos benefícios mínimos inerentes garantidos pela lei suíça.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões através do qual o Grupo paga contribuições fixas a uma entidade separada (o fundo) e não tem obrigação legal nem construtiva de pagar contribuições adicionais

se o fundo não possuir activos suficientes para pagar todos os benefícios do empregado relativos ao serviço deste no período corrente e em anteriores. Um plano de benefício definido é um plano de pensões que não é de contribuição definida, e que geralmente cria a obrigação de fornecer aos empregados benefícios acordados, colocando risco actuarial no Grupo.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo reconhece as contribuições devidas relativas ao exercício na demonstração dos resultados. As contribuições não pagas na data do balanço são incluídas como um passivo.

Para os planos de benefício definido, o passivo reconhecido no balanço é o valor presente da obrigação de benefício definido no final do período menos o valor justo dos activos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de alterações de pressupostos atuariais são debitados ou creditados ao capital próprio em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem. Custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.15. Plano de remuneração baseado em acções

A remuneração auferida pelos membros da Gerência da Sociedade obedece à mesma política instituída ao nível do Banco.

Os Directores Executivos e *senior managers* do Banco, sob certas condições, têm até 50% da remuneração variável diferida por três anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito da IFRS 2– *Share-based Payment* e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções.

Considerando-se que o Banco não possui acções listadas na bolsa de valores e que a sua actividade é desenvolvida em total alinhamento com a estratégia e os objectivos do Itaú Unibanco, seu accionista último, o pagamento da remuneração variável feita em instrumentos financeiros equivalentes a acções é feito por meio de instrumento ligado às acções preferenciais do Itaú Unibanco (“Instrumento”). Este instrumento consiste numa promessa de pagamento em dinheiro feita pelo Banco aos beneficiários, cujo valor é determinado por referência à flutuação do preço das acções preferenciais da Holding, acrescido de dividendos.

O instrumento consiste em três tranches, cada uma representando um terço do montante de remuneração variável diferido. A primeira tranche será atribuída no primeiro aniversário da data em que a componente não diferida da remuneração variável foi paga (a “data do bónus”). A segunda e terceira tranches serão atribuídas no segundo e terceiro aniversários da data do bónus, respectivamente.

Não obstante o acima descrito, o montante que terá de ser pago nos termos do Instrumento ou respectivas tranches está sujeito a certas condições estabelecidas na política de remuneração do Banco, e pode ser reduzido, incluindo a zero, nas circunstâncias previstas nessa política. Este montante será calculado a critério absoluto do Banco e pago aos beneficiários na moeda em que foi aprovada a respectiva remuneração variável.

O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é reconhecido no resultado via custos com pessoal de forma linear, desde o início do ano do programa até à respectiva data de disponibilidade. O passivo

resultante é reavaliado a cada data de balanço, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado líquido.

As subsidiárias de private banking – Banco Itaú International e Banco Itaú (Suisse) SA – também operam um plano de remuneração baseado em acções, alinhado com o do Banco.

Nota 3 – Gestão do risco financeiro

Os riscos mais significativos a que a Sociedade se encontra sujeita, em termos consolidados, coincidem substancialmente com os do Banco, os quais se encontram descritos no respectivo Relatório Anual de 2016 disponível em www.itaubba.co.uk.

3.1. Activos e passivos por categorias da IAS 39

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros, incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, bem como de variações de taxas de juro e de preços. Como parte desta estratégia, o Grupo gere um *portfolio* sem risco de derivados *back-to-back*, com clientes corporate e private de um lado, e com institucionais do outro, procurando obter proveito no *bid/ask spread*. O Conselho de Administração do Banco impõe limites ao nível de exposição *overnight* e *intraday* ao mercado.

O Grupo também gere um *buffer* de alta qualidade e liquidez de activos financeiros disponíveis para venda, que o Banco é obrigado a manter para garantir que atende à tolerância do regulador para o risco de liquidez.

No contexto da estratégia do Grupo na utilização de instrumentos financeiros, os quadros seguintes evidenciam os vários activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, repartidos pelas diferentes categorias de instrumentos financeiros.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Activos e passivos por categorias da IAS 39

	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/ Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
31.12.16								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	844.188	-	-	-	844.188
Activos financeiros detidos para negociação	163.278	-	-	-	-	-	-	163.278
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	444.390	-	-	-	-	-	444.390
Derivados	237.161	-	108	-	-	-	-	237.269
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	355.969	-	-	355.969
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	984.174	-	-	-	984.174
Crédito a Clientes	-	-	-	4.476.170	-	-	-	4.476.170
Outros activos	-	-	-	-	-	-	155.231	155.231
Total de Activos	400.439	444.390	108	6.304.532	355.969	-	155.231	7.660.669
Passivos financeiros detidos para negociação	159.266	-	-	-	-	-	-	159.266
Derivados	240.261	-	3.209	-	-	-	-	243.470
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	801.212	-	801.212
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	2.902.639	-	2.902.639
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	2.266.682	-	2.266.682
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	30.128	-	30.128
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	123.385	123.385
Total de Passivos	399.527	-	3.209	-	-	6.000.661	123.385	6.526.782

Activos e passivos por categorias da IAS 39

	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/ Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
31.12.15								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	1.560.576	-	-	-	1.560.576
Activos financeiros detidos para negociação	105.991	-	-	-	-	-	-	105.991
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	204.368	-	-	-	-	-	204.368
Derivados	542.358	-	309	-	-	-	-	542.667
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	416.466	-	-	416.466
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	936.467	-	-	-	936.467
Crédito a Clientes	-	-	-	4.682.474	-	-	-	4.682.474
Outros activos	-	-	-	-	-	-	193.403	193.403
Total de Activos	648.349	204.368	309	7.179.517	416.466	-	193.403	8.642.412
Passivos financeiros detidos para negociação	105.497	-	-	-	-	-	-	105.497
Derivados	541.687	-	5.153	-	-	-	-	546.840
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	1.349.810	-	1.349.810
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	2.922.428	-	2.922.428
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	2.502.404	-	2.502.404
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	30.071	-	30.071
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	108.998	108.998
Total de Passivos	647.184	-	5.153	-	-	6.804.713	108.998	7.566.048

3.2. Justo valor de activos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para activos financeiros não cotados, nomeadamente para derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são o modelo de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

3.2.1. Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras apresenta-se como segue, com as respectivas diferenças para o seu valor contabilístico:

Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor	31.12.16			31.12.15		
	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	844.188	844.188	-	1.560.576	1.560.576	-
Disponibilidades e Aplicações em Instit. Crédito	987.543	984.174	3.369	936.495	936.467	28
Crédito a clientes	4.658.072	4.476.170	181.902	4.689.186	4.682.474	6.712
Passivos Financeiros						
Recursos de outras Instituições de Crédito	811.076	801.212	9.864	1.350.027	1.349.810	217
Recursos de Clientes e outros empréstimos	2.904.777	2.902.639	2.138	2.922.964	2.922.428	536
Responsabilidades representadas por títulos	2.318.784	2.266.682	52.102	2.505.818	2.502.404	3.414
Passivos subordinados	30.341	30.128	213	30.230	30.071	159

a) Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito

Para as disponibilidades e depósitos *overnight*, o valor de balanço é considerado como uma aproximação do justo valor. O justo valor estimado para os depósitos a prazo é baseado nos *cash flows* descontados às taxas de mercado monetário prevalecentes mais *spread* inicial.

b) Crédito a clientes

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado mais *spread* inicial para determinar o justo valor.

c) Recursos de instituições de crédito e de clientes

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o valor de balanço. O justo valor estimado dos depósitos a prazo é baseado em *cash flows* descontados utilizando taxas de juro de mercado mais *spread* inicial.

d) Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Os *cash flows* esperados são descontados a taxas de mercado mais *spread* inicial para determinar o justo valor das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados.

3.2.2. Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte classifica as mensurações do justo valor do Grupo, baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecte o significado dos inputs utilizados na mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços); e
- Nível 3: inputs para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor	31.12.16				31.12.15			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos de dívida	100.869	47.641	-	148.510	55.298	38.633	-	93.931
- Títulos de capital	13.598	1.170	-	14.768	12.060	-	-	12.060
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados								
- Títulos de dívida	444.390	-	-	444.390	204.368	-	-	204.368
Activos financeiros disponíveis para venda								
- Títulos de dívida	355.969	-	-	355.969	416.466	-	-	416.466
Derivados	595	236.674	-	237.269	419	542.248	-	542.667
Total de activos mensurados ao justo valor	915.421	285.485	-	1.200.906	688.611	580.881	-	1.269.492
Passivos financeiros detidos para negociação	-	159.266	-	159.266	-	105.497	-	105.497
Derivados	7.481	235.989	-	243.470	8.688	538.152	-	546.840
Total de passivos mensurados ao justo valor	7.481	395.255	-	402.736	8.688	643.649	-	652.337

O Nível 2 inclui derivados OTC, activos de negociação cotados em mercados ilíquidos e passivos de negociação cuja valorização está ligada ao preço do subjacente. Estes passivos de negociação correspondem a notas estruturadas emitidas pelo Banco e cobertas por obrigações e acções de empresas brasileiras registadas como activos de negociação.

O quadro seguinte sumariza os movimentos no saldo do Nível 3 durante o ano e inclui os montantes transferidos para o Nível 3 durante o ano:

Movimentação de activos financeiros de Nível 3	31.12.16	31.12.15
A 1 de Janeiro	-	3.116
Ganhos e perdas no exercício reconhecidos na demonstração de resultados	-	(3.116)
A 31 de Dezembro	-	-

As técnicas de valorização usadas para os produtos materiais considerados nos Níveis 2 e 3 são descritas como segue:

- Derivados de taxa de juro:

Descrição: estes são derivados ligados a taxas de juro. Esta categoria inclui: *swaps* de taxa de juro, *caps*, *floors* e opções (futuros de taxa de juro são categorizados como activos e passivos financeiros de Nível 1).

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Valorização: os fluxos de caixa de derivados de taxa de juro são valorizados usando curvas de taxa de juro, onde dados observáveis de mercado são usados para construir a estrutura temporal das taxas *forward*. Isto é depois usado para projectar e descontar fluxos de caixa futuros baseados nos parâmetros da transacção. Os instrumentos com opcionalidade são valorizados usando volatilidades implícitas de *inputs* observáveis no mercado. Derivados de taxa de juro exóticos são valorizados usando standards da indústria e modelos baseados em dados observáveis e não observáveis de mercado. Os parâmetros utilizados incluem: taxas de juro: volatilidades, correlações e outras, conforme apropriado. Quando não observável, o parâmetro será definido com referência a uma *proxy* observável. Curvas *forward* de inflação e curvas de taxa de juro são extrapoladas para além de prazos observáveis.

- Derivados cambiais:

Descrição: estes são derivados ligados ao mercado de taxas de câmbio. Esta categoria inclui: forwards cambiais, *swaps* cambiais e *cross-currency*, opções cambiais transacionadas como derivados OTC e futuros cambiais (BM&F (“*Bolsa de Mercadorias e Futuros*”) USD/BRL). Devido à falta de liquidez, os futuros BM&F com prazos mais longos estão incluídos no Nível 2, sendo que os restantes futuros cambiais estão classificados como activos e passivos financeiros de Nível 1.

Valorização: os derivados cambiais são valorizados usando standards da indústria e modelos modificados. Os parâmetros utilizados incluem: taxas de câmbio, taxas de juro, volatilidades cambiais, volatilidades de taxa de juro, correlações cambiais de taxa de juro e outras, conforme apropriado.

- Derivados de crédito:

Descrição: estes são derivados ligados ao *spread* de crédito de uma entidade, índice ou conjunto de entidades referenciadas. Esta categoria inclui *single name Credit Default Swaps* (CDS).

Valorização: os CDS são valorizados usando um modelo standard de Mercado que incorpora a curva de crédito como o seu principal parâmetro. Todos os *spreads* de crédito usados são observáveis directamente de dados de *broker*.

- Derivados de cotações:

Descrição: esta categoria inclui *equity swaps* e OTC *equity options*.

Valorização: as valorizações dos derivados de cotações OTC são determinadas usando modelos standard de indústria. Os parâmetros utilizados incluem preços de acções, dividendos, volatilidades, taxas de juro, e correlações para produtos multi-activo.

Nota 4 – Relato por segmentos

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

- *Corporate & Investment Banking* – Este segmento está focado na prestação de serviços financeiros a empresas europeias multinacionais clientes do Grupo Itaú e no negócio *cross-border* com clientes corporativos do Grupo Itaú na América Latina. De entre os diversos serviços e produtos oferecidos destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas e de cobertura de risco (derivados cambiais e de taxa de juro), o financiamento de exportações, a prestação de serviços de consultoria e/ou financiamento a empresas europeias que investem na América Latina, assim como a empresas da América Latina no seu processo de internacionalização.

- *International Private Banking* – Segmento de negócio operado através das subsidiárias Banco Itaú International (engloba as operações da Itaú International Securities Inc.) e Banco Itaú (Suisse) SA, focado na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, localizados em vários países da América Latina onde o Grupo Itaú está presente.

- Outros - Este é um segmento residual que corresponde ao impacto da participação financeira na associada Itaúsa Portugal Investimentos – SGPS, Lda. ("IPI") nas demonstrações financeiras consolidadas.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Segmentos de negócio	31.12.16				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Juros e rendimentos similares externos	150.077	41.834	-	-	191.911
Juros e rendimentos similares intra-segmentos	50	3	-	(1.132)	(1.079)
Juros e rendimentos similares	150.127	41.837	-	(1.132)	190.832
Juros e encargos similares	(92.507)	(2.554)	-	1.132	(93.929)
Margem financeira	57.620	39.283	-	-	96.903
Comissões recebidas	11.576	107.248	-	-	118.824
Comissões pagas	(13.792)	(5.845)	-	-	(19.637)
Comissões líquidas	(2.216)	101.403	-	-	99.187
Outros proveitos operacionais	5.934	6.087	186	(487)	11.720
Resultados em operações financeiras	13.896	6.333	-	-	20.229
Resultado operacional	75.234	153.106	186	(487)	228.039
Imparidade e outras provisões líquidas	(651)	-	-	-	(651)
Despesas operacionais	(45.295)	(101.123)	(408)	487	(146.339)
Resultado de empresas associadas	-	-	212	-	212
Resultado antes de impostos	29.288	51.983	(10)	-	81.261
Impostos sobre os lucros	(6.617)	(15.032)	-	-	(21.649)
Resultado atribuível a accionistas	22.671	36.951	(10)	-	59.612
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	-	-	-	-
Resultado líquido	22.671	36.951	(10)	-	59.612
Activos por segmento	4.537.560	3.284.996	-	(161.887)	7.660.669
Passivos por segmento	3.996.562	2.692.107	-	(161.887)	6.526.782

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Segmentos de negócio	31.12.15				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Juros e rendimentos similares externos	133.066	32.622	-	-	165.688
Juros e rendimentos similares intra-segmentos	18	87	-	(2.321)	(2.216)
Juros e rendimentos similares	133.084	32.709	-	(2.321)	163.472
Juros e encargos similares	(73.709)	(1.707)	-	2.321	(73.095)
Margem financeira	59.375	31.002	-	-	90.377
Comissões recebidas	9.859	114.224	-	-	124.083
Comissões pagas	(9.460)	(6.634)	-	-	(16.094)
Comissões líquidas	399	107.590	-	-	107.989
Outros proveitos operacionais	6.397	5.323	-	(554)	11.166
Resultados em operações financeiras	12.050	5.088	-	-	17.138
Resultado operacional	78.221	149.003	-	(554)	226.670
Imparidade e outras provisões líquidas	(2.531)	-	-	-	(2.531)
Despesas operacionais	(54.990)	(109.879)	-	543	(164.326)
Resultado atribuível a accionistas	-	-	59	-	59
Resultado antes de impostos	20.700	39.124	59	(11)	59.872
Impostos sobre os lucros	(4.812)	(11.131)	-	-	(15.943)
Resultado atribuível a accionistas	15.888	27.993	59	(11)	43.929
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	(1)	-	-	(1)
Resultado líquido	15.888	27.992	59	(11)	43.928

Segmentos de negócio	31.12.15				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Activos por segmento	5.330.134	3.789.356	25.585	(502.663)	8.642.412
Passivos por segmento	4.834.648	3.234.063	-	(502.663)	7.566.048

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes / activos e reparte-se da seguinte forma:

Informação geográfica

31.12.16	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Europa	1.651.013	969.298	384.474	51.942	1.625
América do Norte	1.530.819	231.978	126.000	24.331	1.790
América Central e Caraíbas	1.979.605	1.645.329	34.606	11.069	-
América do Sul	2.125.211	998.750	25.362	216.176	-
Outros países	62.572	31.693	-	6.138	-
Activos / Passivos não alocados	311.449	2.649.734 (*)			
Total	7.660.669	6.526.782	570.442	309.656	3.415

(*) Este saldo inclui maioritariamente notas estruturadas e certificados de depósito emitidos pelo Banco.

Informação geográfica

31.12.15	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Europa	2.401.870	1.349.328	375.451	53.378	1.998
América do Norte	2.065.433	206.749	156.000	15.636	1.503
América Central e Caraíbas	1.593.142	1.980.934	62.075	8.147	-
América do Sul	1.997.119	1.112.046	26.273	206.331	-
Outros países	77.464	102.453	1.000	4.063	-
Investimentos em associadas	25.585				
Activos / Passivos não alocados	481.799	2.814.538 (*)			
Total	8.642.412	7.566.048	620.799	287.555	3.501

(*) Este saldo inclui maioritariamente notas estruturadas e certificados de depósito emitidos pelo Banco.

Nota 5 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	31.12.16	31.12.15
Caixa	115	124
Depósitos à ordem no Banco Central Europeu	16.721	781
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros		
Federal Reserve Bank	625.535	1.067.770
Swiss National Bank	201.817	491.901
	844.188	1.560.576

Nota 6 – Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos financeiros detidos para negociação	31.12.16	31.12.15
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	100.869	55.298
Obrigações de outros emitentes	47.641	38.633
Instrumentos de capital		
Acções	14.768	12.060
	163.278	105.991

Os activos financeiros detidos para negociação correspondem a obrigações emitidas pelo Governo Brasileiro e a acções de empresas, utilizadas para cobrir as *Pass-Through* e as *P-Notes*. As *Pass-Through* e as *P-Notes* são notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note programme*, e são registadas como passivos financeiros de negociação (ver **Nota 17**). O detalhe dos activos financeiros de negociação a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 analisa-se como segue:

Activos financeiros detidos para negociação em 31.12.16

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida		
De emitentes públicos		
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	100.869
Obrigações de outros emitentes		
KLABIN SA	BRL	47.641
Instrumentos de capital		
Registados na BOVESPA ¹	BRL	14.768
		163.278

¹ Corresponde a múltiplas acções emitidas por empresas Brasileiras e listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa ("BM&F") - São Paulo, Brasil.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Activos financeiros detidos para negociação em 31.12.15

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida		
De emitentes públicos		
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	55.298
Obrigações de outros emitentes		
KLABIN SA	BRL	38.633
Instrumentos de capital		
HERTZ GLOBAL HOLDINGS INC	USD	1
Registados na BOVESPA ¹	BRL	12.059
		105.991

¹ Corresponde a múltiplas acções emitidas por empresas Brasileiras e listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros Bovespa ("BM&F") - São Paulo, Brasil.

Nota 7 – Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	31.12.16	31.12.15
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	444.390	204.368
		444.390
		204.368

Ao designar estes activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, o Grupo visa eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento ("falta de balanceamento contabilístico").

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe destes activos analisa-se como segue:

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Activos financeiros ao justo valor em 31.12.16

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
Instrumentos de dívida			
De emitentes públicos			
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 1-7-2017	BRL	287.907	SAO PAULO
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 1-4-2017	BRL	156.483	SAO PAULO
		444.390	

Activos financeiros ao justo valor em 31.12.15

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
Instrumentos de dívida			
De emitentes públicos			
KINGDOM OF BELGIUM 28-6-2017	EUR	35.032	EURONEXT-BRUSS
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 1-7-2016	BRL	70.680	SAO PAULO
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 1-1-2018	BRL	75.744	SAO PAULO
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 1-1-2017	BRL	22.912	SAO PAULO
		204.368	

Nota 8 – Derivados

O Grupo contrata derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-The-Counter*) ou em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados. Os derivados OTC baseiam-se, normalmente, em contratos bilaterais standard entre as partes, normalmente através de acordos ISDA ("International Swaps and Derivatives Association").

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor. Os movimentos no justo valor dos derivados são reconhecidos nas contas relevantes do balanço e têm impacto imediato em resultados. O valor nominal é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Derivados	31.12.16		31.12.15	
	Justo valor		Justo valor	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Derivados de negociação	137.586	(131.357)	223.780	(428.595)
Derivados embutidos	99.575	(108.904)	318.578	(113.092)
Derivados de cobertura	108	(3.209)	309	(5.153)
	237.269	(243.470)	542.667	(546.840)

A rubrica de Derivados Embutidos corresponde a montantes referentes a operações de derivativos embutidos destacados de instrumentos financeiros compostos, os quais são analisados como segue:

Derivados embutidos	31.12.16		31.12.15	
	Justo valor		Justo valor	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Cross Currency Swaps	1.666	(9.732)	2.944	(16.541)
Credit Default Swaps	5.812	(11.757)	75.840	(7.416)
Opções sobre cotações	92.097	(87.415)	239.794	(89.135)
	99.575	(108.904)	318.578	(113.092)

A rubrica de Derivados de Negociação analisa-se como segue:

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Derivados de negociação	31.12.16			31.12.15		
	Valor Nocional	Justo valor		Valor Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps	1.569.691	8.241	(5.783)	1.708.993	13.502	(4.259)
Caps & Floors	10.300	1.050	(272)	13.100	1.654	(282)
Futuros						
Compra	4.500			13.500		
Venda	(535.221)	595	(7.481)	(263.250)	419	(8.688)
Contratos sobre taxa de câmbio						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	67.405			597.043		
Venda	(67.405)	454	(454)	(597.043)	59.501	(59.501)
Opções de venda						
Compra	57.950			49.330		
Venda	(62.424)	2.964	(3.001)	(50.586)	1.441	(1.465)
Forwards						
Compra	474.812			491.547		
Venda	(472.955)	11.626	(11.059)	(493.827)	11.100	(15.854)
Swaps						
Compra	326.903			715.083		
Venda	(328.678)	855	(2.015)	(714.230)	5.526	(4.861)
Futuros						
Compra	438.250			158.500		
Venda	-	-	-	-	-	-
Cross Currency Swaps	(4.369)	9.726	(882)	-	28.740	(11.752)
Contratos sobre cotações						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	769.739			773.743		
Venda	(582.625)	61.762	(14.130)	(619.740)	57.695	(19.315)
Opções de venda						
Compra	494.428			528.752		
Venda	(1.153.718)	25.652	(77.931)	(1.336.086)	31.428	(220.458)
Equity Swaps	3.587	20	(118)	6.405	-	(2.893)
Contratos sobre outro tipo de subjacente						
Credit Default Swaps	(740.891)	14.641	(8.231)	(934.874)	12.774	(79.267)
		137.586	(131.357)		223.780	(428.595)

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

A rubrica de Derivados de Cobertura analisa-se como segue:

Derivados de cobertura		31.12.16			31.12.15		
		Valor Nocional	Valor de balanço		Valor Nocional	Valor de balanço	
			Activo	Passivo		Activo	Passivo
Swaps de Moeda	Compra	-	-	-	23.839	162	-
	Venda	-			(23.670)		
Swaps de Taxa de Juro		237.737	108	(3.209)	721.330	147	(5.153)
			108	(3.209)		309	(5.153)

Nota 9 – Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica analisa-se como segue:

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	31.12.16	31.12.15
Disponibilidades	204.287	207.327
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	550.942	518.659
Depósitos de colateral	15.957	-
Activos em relação aos títulos adquiridos com acordo de revenda	208.032	208.709
Juros a receber	4.956	1.772
	984.174	936.467

As aplicações em instituições de crédito dadas em garantia são analisadas na **Nota 30**.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 10 – Crédito a clientes

Esta rubrica analisa-se como segue:

Crédito a Clientes	31.12.16	31.12.15
Crédito a Clientes		
Descobertos	6.232	33.429
Trade Finance	614.062	773.413
Outros empréstimos a médio e longo prazo	3.834.026	3.816.320
Factoring	4.135	22.471
Créditos a empregados	6.242	8.111
Juros a receber	29.105	34.021
	4.493.802	4.687.765
Crédito e juros vencidos	200	1.593
Créditos em imparidade	6.443	7.583
Créditos "cash colateral"	-	12.900
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(12.984)	(15.429)
Valor bruto do crédito a clientes	4.487.461	4.694.412
Imparidade do crédito	(11.291)	(11.938)
Valor líquido do crédito a clientes	4.476.170	4.682.474

O valor dos créditos a clientes considerados individualmente em imparidade em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, corresponde a uma operação de crédito concedida a uma subsidiária insolvente de uma empresa espanhola.

Em 2014, esta transacção encontrava-se 100% em imparidade. Esta avaliação de cobertura foi baseada em informação disponível à data (relativa às diferentes fases de cada processo). Em Fevereiro de 2016, o Banco recebeu cerca de USD 1 m relativo a um dos processos desta operação, tendo reconhecido em resultados uma reversão de imparidade no montante recebido. Com relação a este mesmo crédito, o mesmo continua 100% em imparidade e estão ainda a decorrer processos de insolvência em duas jurisdições diferentes.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 11 – Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos financeiros disponíveis para venda	31.12.16	31.12.15
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	355.969	416.466
Obrigações de outros emissores		
Dívida subordinada	3.165	3.258
Imparidade	(3.165)	(3.258)
Activos financeiros disponíveis para venda líquido	355.969	416.466

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o detalhe destes activos analisa-se como segue:

Activos financeiros disponíveis para venda em 31.12.16

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor Aquisição	Imparidade	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante
Instrumentos de dívida de dívida pública						
Obrigações						
NETHERLANDS 24-2-2017	USD	31.010	-	31.113	(7)	EURONEXT-AMSTER
UNITED STATES OF AMERICA 31-7-2021	USD	120.095	-	116.495	(4.173)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 31-7-2018	USD	75.007	-	74.837	(408)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-1-2019	USD	80.282	-	80.272	(435)	BERLIN
SWITZERLAND GOVERNMENT 5-6-2017	CHF	2.380	-	2.060	(367)	SIX
UNITED STATES OF AMERICA 31-10-2017	USD	23.991	-	24.059	41	NYSE
UNITED STATES OF AMERICA 30-9-2017	USD	24.970	-	25.005	(5)	BERLIN
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL 22-1-2021	USD	2.064	-	2.128	21	NYSE
		359.799	-	355.969	(5.333)	
De outros emissores						
Dívida subordinada						
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUN 30-12-2015	EUR	3.165	(3.165)	-	-	LUXEMBOURG
		3.165	(3.165)	-	-	
		362.964	(3.165)	355.969	(5.333)	

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Activos financeiros disponíveis para venda em 31.12.15

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Valor Aquisição	Imparidade	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante
Instrumentos de dívida de dívida pública						
Obrigações						
NETHERLANDS 24-2-2017	USD	31.075	-	31.139	(49)	EURONEXT-AMSTER
SWITZERLAND GOVERNMENT 5-6-2017	CHF	2.414	-	2.190	(272)	SIX
UNITED STATES OF AMERICA 31-12-2017	USD	49.848	-	49.680	(172)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 31-3-2017	USD	25.140	-	25.109	(97)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-6-2016	USD	65.008	-	65.021	(2)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-10-2016	USD	40.005	-	40.025	(33)	EUROTLX
UNITED STATES OF AMERICA 30-11-2018	USD	80.145	-	79.985	(245)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 30-9-2020	USD	51.884	-	51.299	(766)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 30-9-2017	USD	24.930	-	24.871	(98)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 31-8-2016	USD	25.064	-	25.137	(12)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 31-1-2016	USD	17.996	-	18.008	4	NYSE
UNITED STATES OF AMERICA 31-1-2016	USD	4.000	-	4.002	1	NYSE
		417.509	-	416.466	(1.741)	
De outros emissores						
Dívida subordinada						
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUN 30-12-2015	EUR	3.258	(3.258)	-	-	LUXEMBOURG
		3.258	(3.258)	-	-	
		420.767	(3.258)	416.466	(1.741)	

Nota 12 – Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis foi o seguinte:

	Valor bruto					Amortizações acumuladas								
	Saldo em	Transfe-	Variação	Alienações	Saldo em	Saldo em	Amortizações	Transfe-	Variação	Alienações	Saldo em	Saldo em	Saldo em	
	31.12.15	Aquisições	rências	cambial	Abates	31.12.16	31.12.15	do exercício	rências	cambial	Abates	31.12.16	31.12.15	31.12.16
Outros activos tangíveis														
° Imóveis	19.323	40	-	(35)	-	19.328	(8.922)	(2.022)	-	34	-	(10.910)	10.401	8.418
° Mobiliário e material	3.399	-	-	(12)	(40)	3.347	(2.296)	(420)	-	13	50	(2.653)	1.103	694
° Máquinas e ferramentas	293	-	-	-	(4)	289	(242)	(20)	-	-	2	(260)	51	29
° Equipamento informático	5.973	42	100	(14)	(2.057)	4.044	(5.278)	(382)	-	15	2.057	(3.588)	695	456
° Instalações interiores	2.546	-	-	-	-	2.546	(1.496)	(217)	-	-	-	(1.713)	1.050	833
° Equipamento de segurança	196	-	-	-	-	196	(187)	(4)	-	-	-	(191)	9	5
° Património artístico	4.467	-	-	(30)	-	4.437	-	-	-	-	-	-	4.467	4.437
° Outro equipamento	17	-	-	-	-	17	(15)	-	-	-	-	(15)	2	2
° Em curso														
Imóveis	-	13	-	-	-	13	-	-	-	-	-	-	-	13
Equipamento	-	24	5	-	-	29	-	-	-	-	-	-	-	29
Adiantamentos sobre activos tangíveis	5	-	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
Outros activos tangíveis	267	1.151	(623)	-	-	795	-	-	-	-	-	-	267	795
Total	36.486	1.270	(523)	(91)	(2.101)	35.041	(18.436)	(3.065)	-	62	2.109	(19.330)	18.050	15.711

	Valor bruto					Amortizações acumuladas						Saldo em 31.12.14	Saldo em 31.12.15	
	Saldo em 31.12.14	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.15	Saldo em 31.12.14	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates			Saldo em 31.12.15
Outros activos tangíveis														
° Imóveis	19.137	734	588	(44)	(1.092)	19.323	(7.973)	(1.917)	-	34	934	(8.922)	11.164	10.401
° Mobiliário e material	5.141	34	26	(13)	(1.789)	3.399	(3.613)	(508)	1	20	1.804	(2.296)	1.528	1.103
° Máquinas e ferramentas	325	-	-	-	(32)	293	(253)	(21)	-	-	32	(242)	72	51
° Equipamento informático	7.203	626	9	(11)	(1.854)	5.973	(6.420)	(726)	(1)	21	1.848	(5.278)	783	695
° Instalações interiores	2.498	48	-	-	-	2.546	(1.272)	(224)	-	-	-	(1.496)	1.226	1.050
° Equipamento de segurança	196	-	-	-	-	196	(183)	(4)	-	-	-	(187)	13	9
° Património artístico	4.490	-	-	(23)	-	4.467	-	-	-	-	-	-	4.490	4.467
° Outro equipamento	17	-	-	-	-	17	(15)	-	-	-	-	(15)	2	2
° Em curso														
Adiantamentos sobre activos tangíveis	616	5	(614)	(2)	-	5	-	-	-	-	-	-	616	5
Outros activos tangíveis	8	268	(9)	-	-	267	-	-	-	-	-	-	8	267
Total	39.631	1.715	-	(93)	(4.767)	36.486	(19.729)	(3.400)	-	75	4.618	(18.436)	19.902	18.050

Nota 13 - Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica analisa-se como segue:

Goodwill e activos intangíveis	31.12.16	31.12.15
Activos Intangíveis		
- Valor bruto	68.481	65.977
- Imparidade	(52.460)	(47.246)
	<u>16.021</u>	<u>18.731</u>
<i>Goodwill</i>		
- Valor bruto	74.023	74.023
	<u>74.023</u>	<u>74.023</u>
	<u>90.044</u>	<u>92.754</u>

As diferenças de consolidação (*goodwill*) no Grupo resultam de aquisições de unidades, negócios e carteiras de *Private Banking* desde Maio de 2007, e representam o excesso de justo valor da retribuição transferida sobre o justo valor da quota do Grupo nos activos adquiridos e passivos contingentes assumidos na data de aquisição.

O *goodwill* é anualmente testado para imparidade, ou mais frequentemente quando haja indicadores de que possa ter ocorrido imparidade. O teste consiste em comparar o valor contábil do *goodwill* com o valor actual dos fluxos de caixa livres esperados, descontados a uma taxa que reflete o valor temporal do dinheiro e o grau de risco da corrente de fluxos de caixa.

Testar *goodwill* envolve um grau significativo de estimativa. As projecções de fluxos de caixa têm necessariamente de ter em conta alterações no mercado onde o negócio opera, incluindo o nível de crescimento, actividade competitiva e os impactos de alterações regulatórias. Determinar os fluxos de caixa esperados e a taxa de juro ajustada ao risco requer o exercício de julgamento.

No teste de imparidade de *goodwill* em 2016, foram utilizadas projecções a 5 anos de balanço e resultados, aprovadas pela gestão, bem como uma taxa de crescimento de 4% (representativa da estimativa de crescimento de longo-prazo do negócio e indústria) e uma taxa de desconto de 16%. Com base nestes pressupostos e como resultado do teste não se verificou qualquer indicação de imparidade de *goodwill* na data de valorização.

O movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Valor bruto						Amortizações acumuladas							
	Saldo em 31.12.15	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.16	Saldo em 31.12.15	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.16	Saldo em 31.12.15	Saldo em 31.12.16
Activos intangíveis														
° Software	15.091	110	885	(27)	(133)	15.926	(12.226)	(1.293)	-	26	133	(13.360)	2.865	2.566
° Intangível IPB ¹	49.000	-	-	-	-	49.000	(35.020)	(4.080)	-	-	-	(39.100)	13.980	9.900
° Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
° Em curso														
Adiantamentos sobre activos intangíveis	210	1.453	(362)	(4)	-	1.297	-	-	-	-	-	-	210	1.297
Software ²	1.676	582	-	-	-	2.258	-	-	-	-	-	-	1.676	2.258
Total	65.977	2.145	523	(31)	(133)	68.481	(47.246)	(5.373)	-	26	133	(52.460)	18.731	16.021

¹ O saldo de Intangível IPB corresponde a um "core deposit premium" e a relações com clientes identificados como intangível na sequência da aquisição de carteiras *Private Banking*.

² O saldo de "Outros activos intangíveis - Em curso - Software" corresponde ao desenvolvimento em curso do mesmo e aquisição de software pendente de implementação.

	Valor bruto						Amortizações acumuladas							
	Saldo em 31.12.14	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.15	Saldo em 31.12.14	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.15	Saldo em 31.12.14	Saldo em 31.12.15
Activos intangíveis														
° Software	14.202	757	188	(14)	(42)	15.091	(11.007)	(1.278)	-	17	42	(12.226)	3.195	2.865
° Intangível IPB ¹	49.000	-	-	-	-	49.000	(30.940)	(4.080)	-	-	-	(35.020)	18.060	13.980
° Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
° Em curso														
Adiantamentos sobre activos intangíveis	-	210	-	-	-	210	-	-	-	-	-	-	-	210
Software ²	1.045	819	(188)	-	-	1.676	-	-	-	-	-	-	1.045	1.676
Total	64.247	1.786	-	(14)	(42)	65.977	(41.947)	(5.358)	-	17	42	(47.246)	22.300	18.731

¹ O saldo de Intangível IPB corresponde a um "core deposit premium" e a relações com clientes identificados como intangível na sequência da aquisição de carteiras *Private Banking*.

² O saldo de "Outros activos intangíveis - Em curso - Software" corresponde ao desenvolvimento em curso do mesmo e implementação pendente de software para aquisições.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 14 – Investimentos em associadas e subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2016, a informação financeira das subsidiárias da Sociedade é apresentada como segue:

Subsidiárias	Participação (%)		Total do activo líquido	Total dos capitais próprios	Resultado do exercício
	Directa	Efectiva	a)	a)	a)
Itau BBA International plc	100,00%	100,00%	5.043.006	1.046.209	25.279
Banco Itaú (Suisse) SA	-	100,00%	1.127.909	195.877	16.286
Banco Itaú International	100,00%	100,00%	2.045.318	296.135	11.803
Itaú International Securities Inc.	100,00%	100,00%	39.519	33.321	5.065
Itaú Europa Luxembourg, SA	100,00%	100,00%	238.746	232.097	3.798

a) Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2016 (saldos contabilísticos, antes de movimentos de consolidação)

A 14 de Dezembro de 2016, o IBBAInt vendeu a sua participação na subsidiária **Itau BBA International (Cayman) Ltd.**, correspondente à totalidade do capital, a outra entidade do grupo Itaú Unibanco.

Os investimentos em associadas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial, o que significa que o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida, como segue:

Associadas	Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.	-	49,00%	-	25.585	212	59
			-	25.585	212	59

A associada IPI foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 com o objectivo de gerir participações sociais. Em 31 de Dezembro de 2015, o seu capital social ascendia a €29.844 milhares e era detido em 51% pela AfincAméricas Madeira, SGPS, Unipessoal, Lda. ("Afinc") e em 49% pelo IBBAInt.

A 29 de Novembro de 2016, o capital social da IPI foi reduzido para €1 m, dos quais 49% continuavam detidos pelo IBBAInt e 51% pela Afinc. A 29 de Dezembro de 2016, visando a simplificação da estrutura do Grupo, o IBBAInt vendeu a sua participação de 49% na associada IPI a outra entidade do Grupo Itaú Unibanco.

Nota 15 – Activos por impostos diferidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos por impostos diferidos	31.12.16	31.12.15
Por diferenças temporárias:		
Pensões e outros benefícios pós-reforma	214	80
Activos financeiros disponíveis para venda	1.045	100
Provisões	1.037	928
Depreciação e amortização de tangíveis e intangíveis	3.919	3.489
Derivados	-	19
Outros	767	1.375
	6.982	5.991
Por prejuízos fiscais	545	1.954
	7.527	7.945

Activos por impostos diferidos	31.12.16	31.12.15
A recuperar após mais de 12 meses	5.406	5.324
A recuperar dentro de 12 meses	2.121	2.621
	7.527	7.945

O reconhecimento dos impostos diferidos activos baseia-se em projecções de lucros que indicam que é provável que a Sociedade e as suas subsidiárias terão lucros tributáveis futuros contra os quais as perdas e diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos líquidos são compostos como segue:

Impostos diferidos líquidos	31.12.16	31.12.15
Activos por impostos diferidos	7.527	7.945
Passivos por impostos diferidos (Nota 22)	(16.013)	(14.416)
	(8.486)	(6.471)

O movimento dos impostos diferidos líquidos analisa-se como segue:

Movimento dos impostos diferidos	31.12.16	31.12.15
A 1 de Janeiro	(6.471)	(1.736)
Por resultados	(2.803)	(5.454)
Ajustamentos de conversão cambial	(32)	(140)
Por outras rubricas de capital próprio	820	859
A 31 de Dezembro	(8.486)	(6.471)

Para a composição dos passivos por impostos diferidos ver **Nota 22**.

Nota 16 – Outros activos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros activos	31.12.16	31.12.15
Devedores e outras aplicações		
Sector Público Administrativo	515	113
Outros Devedores	1.958	2.582
	<u>2.473</u>	<u>2.695</u>
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos com terceiros	180	109
Por serviços bancários prestados	9.832	15.979
Por operações realizadas por conta de terceiros	10.921	3.055
Outros rendimentos a receber		
Comissões sobre garantias prestadas	19	39
	<u>20.952</u>	<u>19.182</u>
Despesas com encargo diferido		
Rendas e alugueres	315	384
Seguros	492	439
Manutenção de sistemas e equipamentos	1.246	937
Serviços de informações	288	148
Publicações e Publicidade	10	2.402
Plano de pensões	1.742	1.824
Outras despesas com encargo diferido	1.442	1.338
	<u>5.535</u>	<u>7.472</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	302	-
Títulos em negociação	348	1.478
Outras	1.050	8.260
	<u>1.700</u>	<u>9.738</u>
	<u>30.660</u>	<u>39.087</u>

O saldo de outras operações a regularizar corresponde, em 31 de Dezembro de 2015, maioritariamente a chamadas de margem para transacções com futuros.

Nota 17 – Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note Programme*. O Grupo emite dois tipos de notas estruturadas classificadas como passivos financeiros detidos para negociação, onde o Grupo passa para o cliente todo o resultado e os riscos relativos ao activo subjacente:

- (i) “Pass-through” - *Credit-Linked Notes* cobertas por obrigações do Governo Brasileiro e *Convertible Debenture Participation Notes* cobertas por obrigações empresas Brasileiras;
- (ii) “P-Notes” - *Equity Participation Notes* cobertas essencialmente por acções de empresas Brasileiras.

As obrigações e acções que cobrem os passivos financeiros de negociação encontram-se registadas como Activos financeiros detidos para negociação (ver **Nota 6**).

Passivos financeiros detidos para negociação	31.12.16	31.12.15
Notas emitidas em USD		
Equity Participation Notes	14.729	12.001
Credit-Linked Notes	96.899	54.866
Convertible Debenture Participation Notes	47.638	38.630
	159.266	105.497

Nota 18 – Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica analisa-se como segue:

Recursos de outras Instituições de Crédito	31.12.16	31.12.15
Depósitos à ordem	561	59
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	481.684	1.021.149
Depósitos fiduciários	-	-
Empréstimos sindicados	316.470	325.770
Outros recursos	60	100
Juros a pagar	3.075	4.083
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(638)	(1.351)
	801.212	1.349.810

Nota 19 – Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Recursos de Clientes e outros empréstimos	31.12.16	31.12.15
Depósitos à vista	2.439.426	2.760.148
Depósitos a prazo	461.536	161.156
Outros recursos	1.216	964
Juros a pagar	461	160
	2.902.639	2.922.428

Nota 20 – Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Responsabilidades representadas por títulos	31.12.16	31.12.15
<i>Floating Rate Notes</i>	5.900	5.000
Certificados de depósito	565.495	510.746
Instrumentos financeiros compostos	1.675.576	1.971.693
Juros líquidos a pagar	19.711	14.965
	2.266.682	2.502.404

Floating Rate Notes em 31.12.16

Entidade emitente	Data de emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Saldo em 31.12.16	Taxa de Juro		Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade
					Indexante	Taxa actual		
IBBAInt London	Oct-13	USD	3.000	3.000	Fixed	4,13%	Annual	Oct-23
IBBAInt London	Oct-14	USD	2.000	2.000	Fixed	2,10%	Annual	Oct-17
IBBAInt London	Apr-16	USD	600	600	Fixed	2,50%	Half-Year	Apr-17
IBBAInt London	Apr-16	USD	300	300	Fixed	1,50%	Half-Year	Apr-17
				5.900				

Floating Rate Notes em 31.12.15

Entidade emitente	Data de emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Saldo em 31.12.15	Taxa de Juro		Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade
					Indexante	Taxa actual		
IBBAInt London	Oct-13	USD	3.000	3.000	Fixed	5,25%	Annual	Oct-23
IBBAInt London	Oct-14	USD	2.000	2.000	Fixed	1,70%	Annual	Oct-17
				5.000				

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Certificados de depósito em 31.12.16

Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.16	Taxa de juro efectiva média	Prazo inicial médio de emissão
EUR	814	-	814	0,00%	225
USD	568.912	(7.278)	561.634	0,02%	409
GBP	3.047	-	3.047	0,02%	285
			<u>565.495</u>		

Certificados de depósito em 31.12.15

Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.15	Taxa de juro efectiva média	Prazo inicial médio de emissão
EUR	1.138	-	1.138	0,35%	113
USD	507.511	-	507.511	1,21%	166
GBP	2.097	-	2.097	1,52%	361
			<u>510.746</u>		

O portfolio de instrumentos financeiros compostos emitidos pelo Banco é bastante diversificado, compost por 14 estratégias denominadas em USD, EUR e CAD (2015: 14 estratégias denominadas em USD, EUR e GBP).

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, não existem débitos representados por títulos cotados em bolsa.

Nota 21 – Passivos subordinados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Passivos Subordinados	31.12.16	31.12.15
Emissões Subordinadas	30.000	30.000
Juros a pagar	128	71
	<u>30.128</u>	<u>30.071</u>

Não houve emissões, recompras ou reembolsos de dívida subordinada.

Nota 22 – Passivos por impostos diferidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Passivos por impostos diferidos	31.12.16	31.12.15
Por diferenças temporárias:		
Activos financeiros disponíveis para venda	8	-
Depreciaçãoe amortização de tangíveis e intangíveis	144	260
Goodwill	15.794	14.141
Outros	67	15
	16.013	14.416

Passivos por impostos diferidos	31.12.16	31.12.15
A pagar após mais de 12 meses	15.946	14.401
A pagar dentro de 12 meses	67	15
	16.013	14.416

Para a movimento dos impostos diferidos líquidos ver **Nota 15**.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 23 – Outros passivos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros passivos	31.12.16	31.12.15
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	3.932	4.683
Outros Credores	1.673	1.559
	<u>5.605</u>	<u>6.242</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
Pagamento baseado em ações	6.205	6.846
Outros gastos com pessoal	24.141	19.923
Gastos gerais administrativos		
Auditoria	515	297
Consultoria	33	272
Estruturação e suporte técnico	18	37
Outros serviços especializados	487	363
Outros fornecimentos de terceiros	51	132
De garantias recebidas	2.911	5.990
Rendas	1.187	1.570
Service level agreements	2.881	3.886
Outros encargos a pagar	6.806	13.936
	<u>45.235</u>	<u>53.252</u>
Receitas com rendimento diferido		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	848	1.186
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	22	17
Rendas	779	921
Outras receitas com rendimento diferido	173	2.562
	<u>1.822</u>	<u>4.686</u>
Outras contas de regularização		
Responsabilidades com planos de pensões		
Benefício definido líquido (Nota 24)	3.751	4.318
Operações Cambiais a liquidar	4	-
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	10.404	10.408
Títulos em negociação	15.697	1.217
Outras	4.784	3.497
	<u>34.640</u>	<u>19.440</u>
	<u>87.302</u>	<u>83.620</u>

Em 31 Dezembro 2016 e 2015, o saldo de valores cobrados reconhecido em outras contas de regularização é composto principalmente por títulos e notas estruturadas pendentes de liquidação.

Nota 24 - Planos de pensão de benefício definido

A subsidiária Banco Itaú Suisse opera um plano pós-emprego considerado de benefício definido devido aos benefícios mínimos inerentes garantidos pela lei suíça. O fundo de pensão relacionado celebrou um contrato de seguro para cobrir todos os investimentos e riscos de subscrição (invalidez, morte e idade avançada). Os riscos para o Banco Itaú Suisse como empregador residem na possibilidade do fundo de pensão mudar o seu sistema de financiamento (contribuições e benefícios futuros) a qualquer momento. O fundo de pensão também pode rescindir o contrato existente dentro do período de aviso prévio contratual em conformidade com o direito suíço. Além disso, o fundo de pensões está autorizado a solicitar prémios de risco e de custo mais elevados ao empregador e empregados.

A tabela seguinte contém informação sobre os passivos do Grupo respeitantes a planos de benefícios de cessação de emprego:

Passivos líquidos de pensões com benefícios definidos	31.12.16	31.12.15
Responsabilidades com Benefícios Definidos	16.194	15.865
Justo valor de ativos do plano	(12.443)	(11.547)
Passivos líquidos de pensões com benefício definidos	3.751	4.318

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados relativos a planos de benefício definido são como segue:

Passivo líquido definido reconhecido em resultados	31.12.16	31.12.15
Custos de serviço e custos administrativos		
Custo de serviço	2.066	1.804
Custo de serviço histórico	-	-
Custos administrativos	8	6
	2.074	1.810
Juros líquidos no passivo líquido definido		
Juros e encargos no passivo líquido definido	136	234
Juros e rendimentos nos activos do plano	(98)	(203)
	38	31
	2.112	1.841

Os movimentos no plano de pensões com benefícios definidos para 2016 e 2015 são os seguintes:

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Movimentos no plano de pensões com benefícios definidos	Responsabilidade definida	Activos ao justo valor	Passivo líquido definido
01.01.16	15.865	(11.547)	4.318
Diferenças cambiais	(231)	164	(67)
Juros e encargos similares / (proveitos)	136	(98)	38
Custo de serviço actual (empregador)	2.066	-	2.066
Contribuições:			
- Empregador	-	(1.414)	(1.414)
- Participantes do plano	942	(942)	-
Benefícios (pagos) / depositados	(1.322)	1.322	-
Custos administrativos (excl. custos de gestão de ativos do plano)	8	-	8
(Ganho) / perda actuarial nas responsabilidades de benefício definidas			
- derivados de mudanças em pressupostos financeiros	2	-	2
- derivados de mudanças em pressupostos demográficos	(930)	-	(930)
- derivados de ajustamentos experimentais	(342)	-	(342)
Ganhos nos activos do plano excluindo juros e rendimentos similares	-	72	72
31.12.16	16.194	(12.443)	3.751

Movimentos no plano de pensões com benefícios definidos	Responsabilidade definida	Activos ao justo valor	Passivo líquido definido
01.01.15	11.487	(9.996)	1.491
Diferenças cambiais	(158)	87	(71)
Juros e encargos similares / (proveitos)	234	(203)	31
Custo de serviço actual (empregador)	1.804	-	1.804
Contribuições:			
- Empregador	-	(1.393)	(1.393)
- Participantes do plano	929	(929)	-
Benefícios (pagos) / depositados	(417)	417	-
Custos administrativos (excl. custos de gestão de ativos do plano)	6	-	6
(Ganho) / perda actuarial nas responsabilidades de benefício definidas			
- derivados de mudanças em pressupostos financeiros	2.324	-	2.324
- derivados de ajustamentos teste	(344)	-	(344)
Ganhos nos activos do plano excluindo juros e rendimentos similares	-	470	470
31.12.15	15.865	(11.547)	4.318

Na data de última avaliação, o valor actual do plano de pensões com benefícios definidos é exclusivamente relacionado com colaboradores activos. Os pressupostos actuariais em 2016 e 2015 foram os seguintes:

Pressupostos actuariais	31.12.16	31.12.15
Taxa de desconto (DR)	0,70%	0,80%
Aumentos salariais de longo-prazo (SI)	0,50%	0,50%
Aumentos nas pensões no longo-prazo	0,00%	0,00%
Inflação de longo-prazo	0,50%	0,50%
Tabela de Mortalidade	BVG 2015 GT	BVG 2010 GT
Probabilidade de Reforma	100%	100%

(*) na idade normal de reforma definida

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

A sensibilidade do plano de pensões com benefícios definidos a mudanças nos pressupostos principais ponderados é como se segue:

Impactos em Responsabilidades de Benefícios Definidas

	Nova responsabilidade de benefício definido % Variação	
Responsabilidades de Benefício Definido com taxa de desconto de -0.25%	16.936	5%
Responsabilidades de Benefício Definido com taxa de desconto de +0.25%	15.513	-4%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com aumentos salariais de long	16.038	-1%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com aumentos salariais de long	16.366	1%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com esperança de vida +1 ano	16.379	1%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com esperança de vida -1 ano	16.009	-1%

A taxa de desconto e o pressuposto para aumentos salariais foram aumentados ou diminuídos por uma percentagem fixa. A sensibilidade da mortalidade foi obtida pela redução ou aumento da taxa de mortalidade através de um factor *standard*, e como resultado a esperança de vida para a maioria das categorias de idade aumentou ou reduziu em aproximadamente um ano.

As contribuições como percentagem do salário pensionável dos colaboradores e empregador são usadas para financiar os benefícios. As contribuições expectáveis para o plano de benefícios definido para o ano que termina a 31 de Dezembro de 2017 são como se segue:

Melhor estimativa de contribuições para o próximo ano

Contribuições pelo empregador	1.435
Contribuições pelos participantes do plano	957

A duração média do plano de pensões com benefícios definidos é de 17,3 anos.

Nota 25 - Capital

Conforme deliberado em Assembleia Geral de 2 de Junho de 2009, foi efectuado um aumento de capital na Sociedade no valor de €97.622 milhares, realizado integralmente em dinheiro com a admissão de novo sócio, a sociedade Zux Cayman Company Limited.

A Zux Cayman Company Limited entregou o montante de €152.700 milhares, sendo €97.622 milhares para a entrada como nova sócia (que ficou a constituir uma nova quota de igual valor nominal) e €55.078 milhares a título de prémio de emissão.

A 27 de Novembro de 2009, a quota da Zux Cayman Company Limited no valor de €97.622 milhares foi dividida em duas, uma no valor de €85.774 milhares e outra no valor de €11.848 milhares, que foram na mesma data vendidas às outras sócias, a Itaúsa Export S.A. e o Banco Itaú S.A., pelos valores de €138.507 milhares e

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

€19.133 milhares respectivamente, o que reembolsou além do capital também o prémio de emissão na mesma proporção.

Ainda na mesma data, a Itaúsa Export S.A. e o Itaú Unibanco S.A. unificaram as suas respectivas quotas, passando cada uma a deter uma única quota do capital da Itaúsa Europa, no valor de €357.944 milhares e €49.446 milhares, respectivamente.

Em Junho de 2011 a Itaúsa Export alterou a sua denominação social para Itaú Unibanco Consultoria S.A..

A 31 de Dezembro de 2011, a Itaúsa Export foi incorporada por fusão com a ITB Holding Brasil Participações Ltda., participada a 100% pelo Itaú Unibanco S.A..

A 14 de Dezembro de 2012, realizou-se um aumento de capital na Sociedade, no montante de €110.562 milhares (USD 149.812 milhares), realizado integralmente em dinheiro e subscrito pela entrada da nova sócia Itau International Investment LLC, a qual entregou €152.893 milhares (USD 207.171 milhares), sendo a quantia de €42.331 milhares (USD 57.359 milhares) a título de prémio de subscrição e entrada como nova sócia.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Itaúsa Europa encontrava-se denominado em euros e ascendia a €517.952 milhares, correspondente a USD 701.825 milhares, integralmente subscrito e realizado, e era representado por 3 quotas como segue:

	31.12.16			31.12.15		
	Valor da quota em USD'000	Valor da quota em EUR'000	% capital	Valor da quota em USD'000	Valor da quota em EUR'000	% capital
ITB Holding Brasil Participações Ltda.	485.014	357.944	69,11%	485.014	357.944	69,11%
Itaú Unibanco S.A.	66.999	49.446	9,55%	66.999	49.446	9,55%
Itau International Investment LLC	149.812	110.562	21,34%	149.812	110.562	21,34%
	<u>701.825</u>	<u>517.952</u>	<u>100,00%</u>	<u>701.825</u>	<u>517.952</u>	<u>100,00%</u>

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 26 – Reservas de reavaliação

Esta rubrica analisa-se como segue:

Reservas de reavaliação	31.12.16	31.12.15
Reserva de reavaliação de justo valor		
de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	(5.333)	(1.741)
Impostos diferidos	1.193	373
Reserva de reavaliação cambial	(3.184)	(2.213)
Reserva de cobertura do investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro	-	(456)
Outras reservas de reavaliação		
Remensuração de obrigações de benefício definido pós-emprego	(2.670)	(3.868)
	(9.994)	(7.905)

Nota 27 – Outras reservas

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outras Reservas	31.12.16	31.12.15
Reserva Legal	6.982	32.789
Reserva Especial	16.372	25.533
Outras Reservas	238.119	211.685
	261.473	270.007

A reserva especial está relacionada com requisitos fiscais da subsidiária IE Luxembourg. Esta subsidiária aloca, sob reservas não distribuíveis, um montante que corresponde a cinco vezes o valor da redução do imposto *Net Wealth* de acordo com a legislação fiscal do Luxemburgo. Esta reserva é não distribuível por um período de cinco anos a contar do ano em que o imposto *Net Wealth* foi reduzido.

Nota 28 – Interesses não controlados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Interesses não controlados	Balanço		Resultados	
	31.12.16	31.12.15	31.12.16	31.12.15
Accionistas minoritários de:				
Itaú Europa Luxembourg, SA	-	-	-	(1)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>

Nota 29 – Activos e passivos contingentes

a) Activos contingentes

Em 2016, as subsidiárias de private banking Banco Itaú International ("BII") e Itaú International Securities Inc. ("IIS") venderam relações de clientes não-alvo a uma outra instituição financeira. A estrutura do preço de compra contempla o pagamento em três parcelas e a primeira foi recebida pelo BII e IIS em Dezembro de 2016. A segunda e terceira parcelas estão previstas para Junho de 2017 e Dezembro de 2017, mas estão dependentes de eventos futuros e incertos, nomeadamente da taxa de retenção dos clientes relevantes. Por conseguinte, nenhum activo contingente foi reconhecido como um crédito a receber nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

b) Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2016, a subsidiária BII é parte demandada em duas acções judiciais em relação às quais existe pelo menos uma possibilidade razoável de o BII incorrer numa perda. Na opinião da administração do BII, o resultado destes processos não terá um efeito significativo na posição financeira ou nos resultados do BII. Essas acções foram movidas contra várias instituições financeiras e o montante total solicitado para o BII não é certo. O BII contratou consultores externos independentes em ambas as acções judiciais e não registou qualquer provisão para as perdas relacionadas, pois não há um resultado mais provável do que o outro nem, no caso de uma sentença contra o BII, é possível estimar uma perda eventual.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 30 – Garantias e compromissos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Garantias e compromissos	31.12.16	31.12.15
Garantias prestadas		
Garantias Institucionais		
Garantias e avals	47.680	67.393
Cartas de crédito "stand-by"	55.399	117.226
Outras garantias institucionais prestadas	30.102	-
	133.181	184.619
 Activos financeiros dados em garantia		
Títulos	78.986	30.459
Outros activos	3.810	8.857
	82.796	39.316
	215.977	223.935
 Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	436.155	435.072
Linhas de crédito revogáveis	1.106	1.108
	437.261	436.180

O detalhe dos activos financeiros dados em garantia é a seguinte:

Activos financeiros dados como garantia	31.12.16		31.12.15	
	Activo	Passivo relacionado	Activo	Passivo relacionado
Outros activos financeiros				
ao justo valor através de resultados	78.986	4.784	30.459	3.497
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	3.810	7.481	8.857	8.688
	82.796	12.265	39.316	12.185

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, os activos financeiros designados ao justo valor dados em garantia correspondem a títulos depositados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros - São Paulo, Brasil), como margem para operações de futuros BMF_USD.

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as aplicações em instituições de crédito dadas em garantia correspondem a depósitos de colateral para operações de futuros CME_USD.

Nota 31 – Provisões e imparidade

O movimento ocorrido nas imparidades e provisões do Grupo foi o seguinte:

Imparidade e outras provisões	31.12.16	31.12.15
A 1 de Janeiro	15.379	13.850
Ganhos e perdas no exercício reconhecidos na demonstração de resultados		
- Crédito a clientes	(496)	540
- Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.116
- Garantias e compromissos	1.147	(125)
	651	2.531
Utilização/Write-off		
- Crédito a clientes	-	-
	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(244)	(1.002)
A 31 de Dezembro	15.786	15.379
No que se refere a:		
- Crédito a clientes	11.291	11.938
- Activos financeiros disponíveis para venda	3.165	3.258
- Garantias e compromissos	1.330	183
A 31 de Dezembro	15.786	15.379

Nota 32 – Margem financeira

Esta rubrica analisa-se como segue:

Margem financeira	31.12.16	31.12.15
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	4.770	2.033
Juros de aplicações em instituições de crédito	15.503	4.192
Juros de crédito	158.347	144.274
Juros de crédito vencido	17	178
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.530	9.605
Juros de títulos disponíveis para venda	3.665	3.190
	<u>190.832</u>	<u>163.472</u>
Juros e Encargos Similares		
Juros de captações de bancos centrais	(1.730)	(1.363)
Juros de captações de instituições de crédito	(16.420)	(11.755)
Juros de depósitos de clientes	(1.799)	(873)
Juros de emissão de obrigações	(177)	(147)
Juros de emissão de certificados de depósito	(13.472)	(3.324)
Juros de emissão de instrumentos financeiros compostos	(49.126)	(42.907)
Juros de passivos financeiros ao justo valor	(10.565)	(12.480)
Juros de emissão de obrigações subordinadas	(391)	(241)
Outros juros e encargos similares	(249)	(5)
	<u>(93.929)</u>	<u>(73.095)</u>
	<u>96.903</u>	<u>90.377</u>

Nota 33 – Comissões líquidas

Esta rubrica analisa-se como segue:

Comissões líquidas	31.12.16	31.12.15
Comissões Recebidas		
Por Garantias Prestadas	928	1.684
Por Compromissos Assumidos Perante Terceiros	1.651	2.953
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	-	-
Por Serviços Bancários Prestados	116.238	119.413
Por Operações Realizadas por Conta de Terceiros	7	33
	<u>118.824</u>	<u>124.083</u>
Comissões Pagas		
Por Garantias Recebidas	(12.682)	(8.607)
Por Compromissos Assumidos Por Terceiros	-	-
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	(703)	(452)
Por Serviços Bancários Prestados Por Terceiros	(3.456)	(3.973)
Por Operações Realizadas por Terceiros	(1.109)	(1.217)
Custos de outras comissões	(1.687)	(1.845)
	<u>(19.637)</u>	<u>(16.094)</u>
	<u>99.187</u>	<u>107.989</u>

Nota 34 – Resultados em operações financeiras

Esta rubrica analisa-se como segue:

Resultados em operações financeiras	31.12.16	31.12.15
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação	16.298	11.306
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação	(41.386)	39.208
Resultados de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	12.936	15.431
Resultados de instrumentos derivados	(83.519)	47.981
Resultados de reavaliação cambial	111.854	(101.716)
	16.183	12.210
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	1.260	1.780
Títulos de capital	460	(2)
	1.720	1.778
Outros resultados em operações financeiras		
Resultados na compra/alienação de créditos	342	387
Resultados na compra/alienação de outros activos financeiros	-	(162)
Resultados em instrumentos estruturados	1.776	3.261
Resultados em relações de cobertura:		
- em derivados de cobertura	(702)	688
- nos activos cobertos	105	(956)
- nos passivos cobertos	805	(68)
	2.326	3.150
	20.229	17.138

Nota 35 – Outros proveitos operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros proveitos operacionais	31.12.16	31.12.15
Reembolso de despesas	30	110
Resultado de service level agreements	6.946	7.404
Reembolso de impostos	475	90
Ganhos em activos tangíveis	-	1
Ganhos em subsidiárias	186	-
Outros proveitos operacionais	4.083	3.561
	11.720	11.166

Nota 36 – Custos com o pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

Custos com o pessoal	31.12.16	31.12.15
Salários	42.483	49.687
Prémios	24.821	27.092
dos quais: baseados em acções	4.816	5.191
Encargos sociais	5.437	7.497
Encargos com pensões		
- Planos de contribuição definida	1.339	1.311
- Planos de benefício definido	2.112	1.841
Outros custos com o pessoal		
- Indemnizações	2.561	3.475
- Outros	8.487	7.784
	87.240	98.687

Nota 37 – Gastos gerais administrativos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Gastos gerais administrativos	31.12.16	31.12.15
Fornecimentos	1.139	2.085
Serviços		
Rendas e Alugueres	5.676	5.734
Comunicações	2.258	2.789
Deslocações, estadas e representações	3.844	3.946
Publicações	92	281
Conservação e reparação	610	676
Fomação de pessoal	638	1.072
Seguros	624	559
Serviços especializados	21.659	19.645
Service level agreements	7.878	9.427
Outros serviços	213	5.739
	43.492	49.868
	44.631	51.953

Nota 38 – Outros custos operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros custos operacionais	31.12.16	31.12.15
Quotizações e Donativos	204	220
Perdas em activos tangíveis	2	148
Perdas em associadas	408	-
Impostos indirectos	2.020	1.941
Impostos directos	442	770
Outras perdas operacionais	2.954	1.849
	6.030	4.928

Nota 39 – Impostos sobre os lucros

Esta rubrica analisa-se como segue:

Impostos sobre os lucros	31.12.16	31.12.15
Imposto corrente referente ao período de reporte	(19.357)	(10.038)
Imposto corrente referente a períodos anteriores	511	(451)
Total de imposto corrente	(18.846)	(10.489)
Originação e reversão de diferenças temporárias relativas a:		
Pensões	139	83
Provisões	156	384
Derivados	29	73
Amortização de goodwill	(1.652)	(1.958)
Depreciação e amortização de tangíveis e intangíveis	492	324
Activos financeiros disponíveis para venda	119	(814)
Outros	(684)	394
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.402)	(3.940)
Total de imposto diferido	(2.803)	(5.454)
	(21.649)	(15.943)

Para a movimento dos impostos diferidos líquidos ver **Nota 15**.

ITAÚSA EUROPA INVESTIMENTOS

Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda.

Nota 40 – Partes relacionadas

O Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	31.12.16		31.12.15		
	Itaú Unibanco		Itaú Unibanco		
	Group (Brazil) (1)	Total	IPI	Group (Brazil) (1)	Total
Activos:					
Derivados	23.005	23.005	-	54.798	54.798
Disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito	591.454	591.454	-	224.675	224.675
Investimentos em associadas e subsidiárias	-	-	25.585	-	25.585
Outros activos	2.511	2.511	-	2.432	2.432
	616.970	616.970	25.585	281.905	307.490
Passivos:					
Derivados	7.901	7.901	-	14.541	14.541
Recursos de outras Instituições de Crédito	212.944	212.944	-	380.594	380.594
Recursos de Clientes e outros empréstimos	40.105	40.105	52.249	52.574	104.823
Passivos subordinados	30.128	30.128	-	30.071	30.071
Outros passivos	4.914	4.914	-	9.859	9.859
	295.992	295.992	52.249	487.639	539.888
Resultados:					
Juros e rendimentos similares	10.477	10.477	-	-	-
Juros e encargos similares	(7.138)	(7.138)	(202)	(4.605)	(4.807)
Resultados em operações financeiras	(59.836)	(59.836)	-	49.794	49.794
Comissões recebidas	-	-	-	504	504
Comissões pagas	(13.759)	(13.759)	-	(11.029)	(11.029)
Outros proveitos	6.757	6.757	-	8.347	8.347
Outros custos	(6.802)	(6.802)	-	(9.274)	(9.274)
	(70.301)	(70.301)	(202)	33.737	33.535
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	1.239.382	1.239.382	-	663.898	663.898
Garantias prestadas	1.940	1.940	-	3.251	3.251
Operações cambiais e outros instrumentos derivados					
Compra	888.786	888.786	-	1.333.772	1.333.772
Venda	854.098	854.098	-	1.199.201	1.199.201
	2.984.206	2.984.206	-	3.200.122	3.200.122

(1) Inclui Itaú Unibanco Nassau Branch, Itaú Unibanco S.A., Itaú Unibanco Cayman Branch, Itaú Unibanco New York Branch, Itaúbank Ltd. (Cayman), Itaú USA Securities, Banco Itaú Uruguay, Banco Itaú Paraguay, Banco Itaú Argentina, Afincos Americas (Madeira), Banco Itaú Chile, Itaú Bank&Trust (Cayman) Ltd., Itaú Bank&Trust (Bahamas) Ltd., Itaú UK Asset Management, Itaú USA Asset Management, Itaú Asia Securities Limited, IPI - Itaúsa Portugal Investimentos e Itaú BBA International Cayman Ltd.

Nota 41 – Outras divulgações

a) Honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - Os honorários facturados em termos consolidados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, durante os exercícios de 2016 e 2015, decompõem-se como segue:

Honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	31.12.16	31.12.15
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	842	797
Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade	336	311
	1.178	1.108

b) Pilar 3 - O Grupo apresenta em documento separado (Relatório de Pilar 3) divulgações adicionais em matéria de informação de capital regulatório e gestão de riscos. O Relatório de Pilar 3 é publicado em www.itausaeuropa.eu.



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Itaúsa Europa Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda. (a “Sociedade”), que compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de USD 7.660.669 milhares e um total de capital próprio de USD 1.133.887 milhares, incluindo um resultado líquido de USD 59.612 milhares), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Itaúsa Europa Investimentos, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, Lda. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;



- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

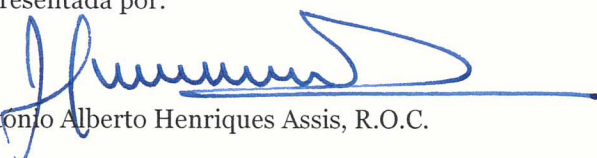
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

22 de maio de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Inscrita na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161485
representada por:


António Alberto Henriques Assis, R.O.C.